



# **RELATÓRIO ANUAL**

**2015**

## RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES DE 2015

Plano de Benefícios PORTUS I – PBP1

Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB – Nº 19.780.055-29

Prezados Participantes e Assistidos:

### 1 – INTRODUÇÃO

O PORTUS - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, sem fins lucrativos, que administra um único plano de benefícios – o Plano de Benefícios Portus 1 – BBP1. Estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD, multipatrocinado por 14 empresas, dentre as quais 13 de origem pública (08 Federais, 04 Estaduais e 01 Municipal) e 01 de direito privado (própria EFPC), O PBP1 encontra-se fechado a novas adesões.

Em linha com as disposições contidas na Instrução Previc nº 13, de 12 de setembro de 2014, e na Instrução Previc nº 22, de 15 de abril de 2015, o presente **Relatório Anual de Informações de 2015** visa oferecer maior transparência sobre a real situação econômico-financeira da Entidade e do Plano de Benefícios, constituindo, dessa forma, um importante canal de comunicação entre a Entidade e seus participantes.

Antes de detalharmos os resultados do PORTUS no ano de 2015, gostaríamos de registrar que o trabalho a ser apresentado é resultado do esforço conjunto de todos aqueles que, de alguma forma, interna e ou externamente, contribuíram com sua dedicação e confiança para que a missão deste Instituto fosse alcançada, ou seja, que todos os benefícios previstos em regulamento fossem devidamente concedidos e pagos.

### 2 – REGIME ESPECIAL

Em função de sua grave situação econômico-financeira, foi decretada a intervenção no PORTUS no ano de 2011, nos termos da Portaria nº 459 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, de 22/08/2011. O regime especial de Intervenção na Entidade permanece até a data de fechamento deste relatório.

### 3 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS / PROVISÕES DE CRÉDITOS

As despesas administrativas do PORTUS vêm sendo sistematicamente reduzidas nos últimos anos, sobretudo, no que tange às despesas com pessoal. Excepcionalmente no ano de 2016, foram pagas despesas extemporâneas referentes a honorários advocatícios incidentes sobre processos judiciais celebrados antes da Intervenção (Serviços de Terceiros passou de R\$ 2.054 mil em 2014 para R\$ 6.416 mil em 2016).

Além disso, houve acréscimo nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, referentes a contribuições de patrocinadoras que não foram aportadas no PBP1, provisões estas que passaram de R\$ 1.690 mil em 2014 pra R\$ 3.958 mil em 2015.

As demais despesas incorridas pelo Instituto foram reduzidas ou mantiveram-se dentro da expectativa de crescimento inflacionário.

#### **4 – POLÍTICA DE INVESTIMENTO**

A Política de Investimentos definida para o ano de 2015 estabeleceu os princípios e as diretrizes que deveriam reger os investimentos e desinvestimentos realizados pela Entidade, com vistas a promover segurança, liquidez, solvência e rentabilidade dos recursos garantidores do plano de benefícios.

Em 2015 o PORTUS cumpriu todas as diretrizes estabelecidas nessa Política, dentre elas a não exposição de seus investimentos a riscos, de forma a se preservar os reduzidos recursos disponíveis, os quais foram exigidos em curtíssimo prazo para o pagamento dos benefícios a assistidos.

Os investimentos foram realizados de forma substancialmente conservadora, objetivando superar a meta atuarial, mas priorizando a manutenção do risco inerente às aplicações no mais baixo grau possível.

Os principais objetivos da Política de Investimentos do ano de 2015 podem ser assim resumidos, de acordo com o segmento de aplicação dos ativos:

RENDA FIXA: Os investimentos do PORTUS neste segmento podem ser classificados em carteira própria e fundos.

- **FUNDOS:** a carteira de fundos de renda fixa compreende basicamente fundos conservadores, abertos, estruturados para o perfil de investidores institucionais, com investimentos permitidos em títulos públicos ou privados, desde que com classificação de baixo risco efetuada por agência de classificação de risco de padrão internacional. Tendo em vista a necessidade de liquidez imediata do PORTUS, tais fundos possuem liquidez imediata, com liquidação financeira sempre efetivada dentro do ambiente da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, atualmente CETIP S.A. - Mercados Organizados.
- **CARTEIRA PRÓPRIA:** essa carteira está montada somente com títulos públicos federais, sendo que a política interna de negociação destes títulos, seja na compra ou venda, só permite que ocorram operações no âmbito dos leilões realizados pelo Tesouro Nacional.

RENDA VARIÁVEL: Os investimentos deste segmento estão concentrados na carteira própria. Tal carteira não será ampliada visando não aumentar o risco dos investimentos como um todo, dado a situação deficitária do PORTUS. Por outro lado, operações de venda na BM&FBOVESPA também não estão sendo efetuadas, visando não efetivar a realização de prejuízos, tendo em vista o momento desfavorável desse segmento.

Somente ações que apresentarem taxa interna de retorno (TIR) superior à meta atuarial desde a aquisição serão passíveis de alienação. Sendo assim, visando proporcionar alguma rentabilidade adicional a tal carteira, o PORTUS tem realizado constantemente operações de aluguel de ações na ponta doadora.

IMÓVEIS: A gestão da carteira imobiliária vem sendo conduzida de forma a se reduzir o alto índice de vacância dos imóveis do Instituto, considerando que a crise econômica tem forçado uma redução nos valores de fechamento de locações e afastado potenciais locadores. Apesar do limite legal de aplicação nesse segmento de

aplicação se encontrar superado, por desenquadramento passivo (redução dos demais ativos), eventuais alienações de imóveis do PORTUS somente serão realizadas no caso de extrema necessidade, tendo em vista o momento desfavorável pelo qual passa esse segmento.

## 5 – DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE CUSTEIO / DIVÍDAS DAS PATROCINADORAS

O descumprimento do Plano de Custeio por algumas patrocinadoras e a falta de revisão do custo atuarial do plano de benefícios no decorrer desses longos anos vêm acentuando significativamente a insuficiência das reservas constituídas para a cobertura de seus benefícios correntes e futuros.

Com a aprovação da Lei nº 13.068 de 30/12/2014, a qual autorizou o repasse de R\$ 333 milhões às patrocinadoras CODESP, CDRJ, CODERN e CODESA, para que estas recolhessem a dita importância ao PORTUS, espera-se que não haja agravamento da situação financeira da Entidade para o ano de 2016.

Quanto à dívida de retirada de patrocínio da PORTOBRÁS, o processo judicial permanece pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal do Estado do Rio de Janeiro.

As tratativas quanto ao pagamento das Reservas Técnicas de Serviços Anteriores – RTSA e quanto às alternativas para equacionamento do Déficit Técnico do PBP1 vêm sendo incessantemente conduzidas por este Instituto junto a suas Patrocinadoras e respectivos órgãos supervisores.

## 6 – DÉFICIT E INSOLVÊNCIA

A redução contínua dos recursos garantidores e o elevado déficit acumulado do PBP1 têm como principais origens:

- a) Descumprimento parcial ou total do Plano de Custeio por parte de patrocinadoras;
- b) Falta de modificação do Plano de Custeio, em função da evolução das premissas atuariais do PBP1, tendo em vista que o custeio definido para os participantes e para a patrocinadora não foi modificado desde o ano de 2000, portanto, há mais de 16 anos;
- c) Contribuições e operações contratadas vencidas e não liquidadas pelas patrocinadoras;
- d) Não reconhecimento por parte das patrocinadoras da dívida referente à RTSA;
- e) Extinção da Portobrás, sem que fossem aportados os recursos devidos ao PBP1 para a cobertura dos benefícios dos participantes dessa patrocinadora.

O equilíbrio pleno do plano de benefício dependerá do ingresso de recursos relacionados aos itens listados acima e da necessária atualização do Plano de Custeio do PBP1.

O Plano de Benefícios do PORTUS contava, em 31/12/2015, com 1.781 participantes ativos e 8.443 assistidos. Para a cobertura desses benefícios, é necessário um desembolso mensal da ordem de R\$ 18 milhões mensais, sendo que menos da metade disso vem sendo recolhida por meio do Plano de Custeio do PBP1. Esclarecemos que

essa situação poderá ser sobremaneira agravada, considerando que 62% da massa de participantes ativos já podem solicitar sua concessão da Suplementação de Aposentadoria Programada.

## **7 – PROCESSOS JUDICIAIS**

O PORTUS é parte em diversos processos judiciais e administrativos, ocupando tanto a posição de Réu quanto a de Autor. Dentre esses processos, aqueles em que a Assessoria Jurídica da Entidade julga como de “perda provável” são provisionados, ou seja, são reconhecidos como uma obrigação, cuja liquidação resultará na saída de recursos do plano de benefícios.

Vale ressaltar que existem muitas ações judiciais ingressadas por participantes contra o plano de benefícios, fato este que vem agravando a situação econômico-financeira do Instituto.

Destacamos também que tramitam na justiça inúmeras ações, que foram ingressadas pelo PORTUS contra as Patrocinadoras, para fins de recebimento de contribuições e outros créditos por elas devidos.

## **8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O PBP1 encerrou o exercício de 2015 com um Déficit Técnico acumulado de R\$ 3,572 bilhões, demonstrando que sua situação financeira é extremamente delicada. Essa situação somente será solucionada através de ingresso de recursos que garantam, não só o pagamento do atual fluxo financeiro de receitas e despesas, mas a necessária capitalização de ativos que garantirão os benefícios futuros dos participantes do plano.

Nossa luta por esses recursos vem sendo travada dia-a-dia. Porém, necessitamos que todos integrantes do PORTUS, sejam eles colaboradores, participantes ou patrocinadoras, estejam engajados e comprometidos na busca de uma solução que venha a recuperar o PBP1, protegendo, assim, os direitos e os interesses de todos.

## **9 – DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS**

A seguir serão apresentados alguns demonstrativos/demonstrações contábeis do PBP1 e da Entidade, referentes ao ano de 2015.

## PASSIVO PREVIDENCIÁRIO/DÉFICIT

### Demonstrativo da composição consolidada do exigível atuarial

R\$ Mil

Descrição	Exercícios Findos em 31/12/2015	Exercícios Findos em 31/12/2014
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>3.733.745</b>	<b>3.866.704</b>
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>2.072.577</b>	<b>2.255.913</b>
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO</b>	<b>2.072.577</b>	<b>2.255.913</b>
Valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos	1.512.478	1.726.961
Valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos	560.099	528.952
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>1.722.295</b>	<b>1.678.341</b>
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO - PROGRAMADO</b>	<b>1.699.521</b>	<b>1.651.561</b>
Valor atual dos benefícios futuros programados	1.751.895	1.706.916
(-) Valor atual das contribuições futuras dos Patrocinadores	25.676	27.155
(-) Valor atual das contribuições futuras dos Participantes	26.698	28.200
<b>BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO - NÃO PROGRAMADO</b>	<b>22.774</b>	<b>26.780</b>
Valor atual dos benefícios futuros não programados	23.470	27.668
(-) Valor atual das contribuições futuras dos Patrocinadores	347	443
(-) Valor atual das contribuições futuras dos Participantes	349	445
<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>61.127</b>	<b>67.550</b>
(-) SERVIÇO PASSADO	61.127	67.550
(-) PATROCINADORES	61.127	67.550

### Demonstrativo da Composição Consolidada do Exigível Atuarial por Patrocinadora

R\$ Mil

PATROCINADOR	Provisões Matemáticas				Fundo Previdencial	Total de Encargos	% de Encargos
	Benefícios Concedidos	Benefícios a conceder	A constituir	Total			
PORTOBRAS	67.950	-	-	67.950	-	67.950	1,79%
PORTUS	13.544	7.309	-	20.853	569	21.422	0,56%
CODOMAR	30.255	6.165	(4.200)	32.220	184	32.404	0,85%
CDC	48.735	55.927	(8.684)	95.978	472	96.450	2,54%
CODERN	70.870	86.333	-	157.203	1.550	158.753	4,19%
CODEBA	103.753	109.091	-	212.844	5.571	218.415	5,76%
CDP	47.040	114.184	-	161.224	1.520	162.744	4,29%
CDRJ	337.993	427.715	-	765.708	9.505	775.213	20,45%
APR	5.868	30.849	-	36.717	937	37.654	1,00%
DOCAS-PB	6.127	1.568	-	7.695	(76)	7.619	0,20%
CODESA	129.008	135.625	(12.565)	252.068	6.739	258.807	6,83%
CODESP	1.176.057	725.496	(35.678)	1.865.875	29.976	1.895.851	50,00%
SPI	23.409	12,087	-	35.496	1.127	36.623	0,97%
EMAP	1.146	8.685	-	9.831	-	9.831	0,26%
SNPH	10.822	1.261	-	12.083	(275)	11.808	0,31%
<b>TOTAL</b>	<b>2.072.577</b>	<b>1.722.295</b>	<b>(61.127)</b>	<b>3.733.745</b>	<b>57.799</b>	<b>3.791.544</b>	<b>100,00%</b>

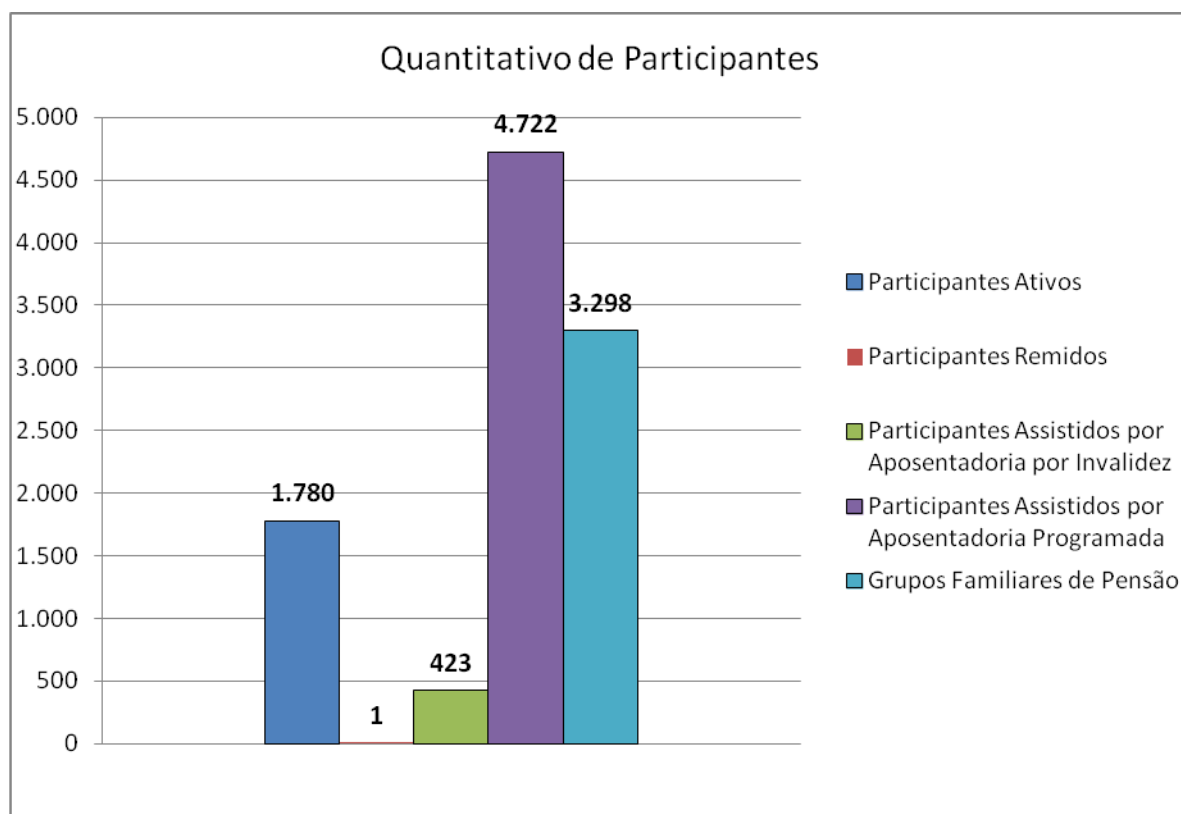
### A comparação dos resultados com o exercício anterior demonstra as seguintes variações

PLANO DE CONTAS	31/12/2015 em R\$	31/12/2014 em R\$	Variação em R\$	Variação em %
PATRIMÔNIO SOCIAL	259.354.190,41	257.280.208,93	36.953.573,77	0,81
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	161.344.087,10	172.794.112,02	-11.450.024,92	-6,63
PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94	-132.959.565,81	-3,44
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07	-183.336.841,64	-8,13
BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98	43.954.183,27	2,62
(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	61.126.992,55	67.550.085,11	-6.423.092,56	-9,51
FUNDOS PREVIDENCIAIS	57.799.386,29	49.606.504,62	8.192.881,67	16,52
EQUILÍBRIO TÉCNICO	-3.572.400.721,03	-3.693.910.261,92	-121.509.540,89	-3,29

OBS: O Parecer Atuarial e o DA-Demonstrativo Atuarial estão disponíveis no site do PORTUS

### Frequência de Participantes em 31/12/2015, com base na Avaliação Atuarial

FREQUÊNCIA ABSOLUTA					
Participantes Ativos	Participantes Remidos	Participantes Assistidos por Aposentadoria por Invalidez	Participantes Assistidos por Aposentadoria Programada	Grupos Familiares de Pensão	Total
1780	1	423	4722	3298	10.224



## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

Consolidado (Plano PBP1+ PGA)

Segmentos	Valores em Dezembro/2015	Alocação	Limite RES/CMN
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>113</b>	<b>0,04%</b>	
<b>RENDA FIXA</b>	<b>131.842</b>	<b>49,82%</b>	<b>100%</b>
NTN	26.127	9,88%	
Letra do Tesouro Nacional	10.205	3,86%	
Quotas de Fundos FIF	95.510	36,10%	
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>48.458</b>	<b>18,31%</b>	<b>70%</b>
Ações a Vista	48.458	18,32%	
<b>INVESTIMENTO ESTRUTURADO</b>	<b>200</b>	<b>0,08%</b>	<b>20%</b>
Fundos Imobiliários	200	0,08%	10%
<b>IMÓVEIS</b>	<b>104.889</b>	<b>39,64%</b>	<b>8%</b>
Uso Próprio	6.870	2,60%	
Para Renda	68.881	26,04%	
Shopping Center	29.158	11,02%	
(-) Valores a Pagar	(20)	-0,01	
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>1</b>	<b>0,00</b>	<b>15%</b>
Empréstimos	1	0,00	
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>	<b>5.663</b>	<b>2,14%</b>	
Outras Exigibilidades	(2)	0,00%	
<b>CONTINGÊNCIAS DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>(26.392)</b>	<b>-9,97%</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>264.772</b>	<b>100,00%</b>	

Obs.: Exigível contingencial e depósitos judiciais referem-se a diversos passivos judiciais.

O PBP1 permanece desenquadrado no segmento imóveis, já que tais ativos representam 39,64% de seus recursos garantidores (acima do limite de 8% estabelecido na Resolução CMN nº 3.792/09). Esse desenquadramento passivo é histórico e decorre da redução do patrimônio do Portus, em razão da falta de pagamento das dívidas da União e Patrocinadoras, combinado com os desembolsos mensais obrigatórios, com pagamento de benefícios.

A rentabilidade do Portus no exercício de 2015 foi afetada diretamente pela desvalorização da renda variável, que representa aproximadamente 21% da carteira total de ativos. Neste sentido, a rentabilidade do Plano PBP1 foi de 4,35%.

De acordo com a pesquisa realizada no Consolidado Estatístico da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, a rentabilidade estimada dos planos de benefícios, na categoria “benefício definido” atingiu a média de 3,15% em 2015. Dessa forma, o Plano PBP1 apresentou rentabilidade superior em 1,2% à média dos demais planos no mercado brasileiro.

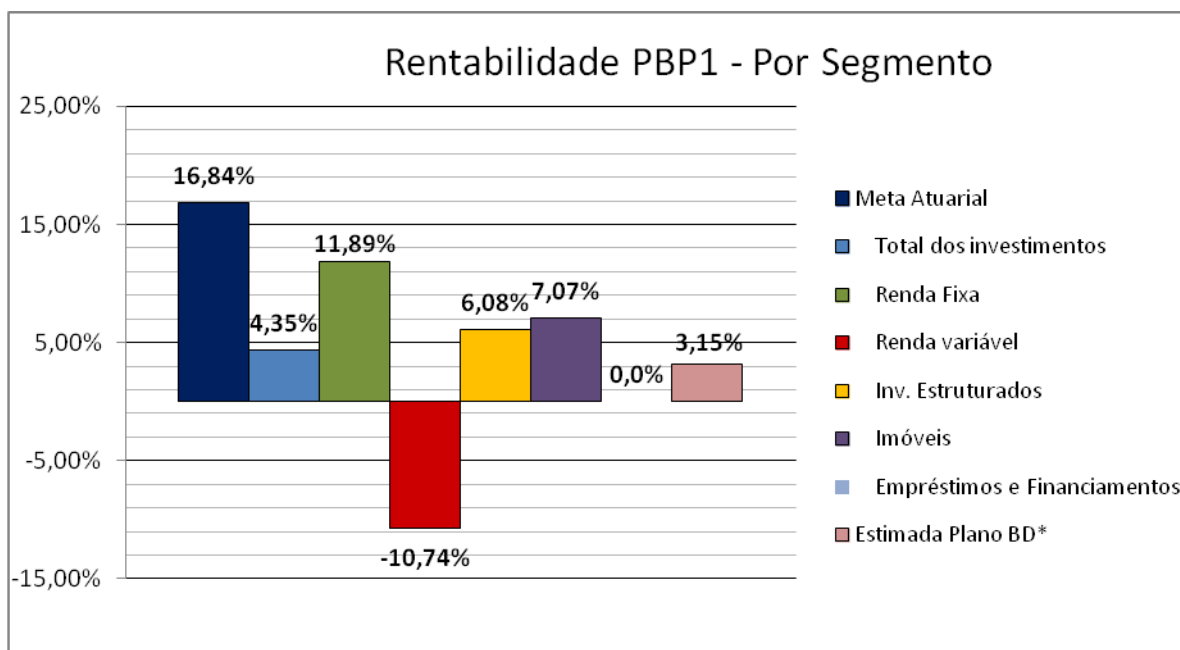


Seguem abaixo alguns dados de mercado e de rentabilidade da carteira do PBP1:

**Rentabilidade PBP1 por Segmento**

Segmento	Rentabilidade 2015
Meta Atuarial	16,84%
Total dos investimentos	4,35%
Renda Fixa	11,89%
Renda variável	-10,74%
Inv. Estruturados	6,08%
Imóveis	7,07%
Empréstimos e Financiamentos	0,0%
Estimada Plano BD*	3,15%

\*Reflete a mediana das rentabilidades dos planos BD estimada constante no consolidado Estatístico ABRAPP dez/2015



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### PLANO PBP1

#### Balanço Patrimonial

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	VARIAÇÃO (%)	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014	VARIAÇÃO (%)
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>113</b>	<b>1.375</b>	<b>-92%</b>	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>9.897</b>	<b>8.914</b>	<b>11%</b>
				Gestão Previdencial	9.187	8.258	11%
				Gestão Administrativa	688	598	15%
				Investimentos	22	58	-62%
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>352.832</b>	<b>347.033</b>	<b>2%</b>				
Gestão Previdencial	42.064	41.267	2%				
Gestão Administrativa	19.694	20.813	-5%				
Investimentos	291.074	284.953	2%				
Títulos Públicos	36.332	25.450	43%	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>83.951</b>	<b>82.473</b>	<b>2%</b>
Ações	48.459	71.629	-32%	Gestão Previdencial	45.686	44.099	4%
Fundos de Investimentos	95.710	76.428	25%	Gestão Administrativa	11.872	11.681	2%
Investimentos Imobiliários	104.909	105.881	-1%	Investimentos	26.393	26.693	-1%
Empréstimos/Finan.	1	5	-80%				
Depósitos	5.663	5.560	2%	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>259.354</b>	<b>257.280</b>	<b>1%</b>
Judiciais/Recursais				<b>PATRIMÔNIO COBERTURA PLANO</b>	<b>161.344</b>	<b>172.794</b>	<b>-7%</b>
				<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>3.733.745</b>	<b>3.866.704</b>	<b>-3%</b>
				Benefícios Concedidos	2.072.577	2.255.913	-8%
				Benefícios a Conceder	1.722.295	1.678.341	3%
				(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(61.127)	(67.550)	-10%
<b>PERMANENTE</b>	<b>257</b>	<b>259</b>	<b>-1%</b>	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(3.572.401)</b>	<b>(3.693.910)</b>	<b>-3%</b>
Imobilizado	257	259	-1	(-) Déficit Técnico Acumulado	(3.572.401)	(3.693.910)	-3%
				<b>FUNDOS</b>	<b>98.010</b>	<b>84.486</b>	<b>16%</b>
				Fundo Previdencial	57.799	49.606	17%
				Fundo Administrativo	36.355	31.193	17%
				Fundo dos Investimentos	3.856	3.687	5%
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>353.202</b>	<b>348.667</b>	<b>1%</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>353.202</b>	<b>348.667</b>	<b>1%</b>

## Demonstração da Mutação do Patrim nio Social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais)

	Descri�o	31/12/2015	31/12/2014	Variacão (%)
	<b>A) Patrim�nio Social - Inicio do Exercício</b>	<b>257.280</b>	<b>285.467</b>	<b>-9,87%</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>487.477</b>	<b>391.889</b>	<b>24,39%</b>
(+)	Contribui�es Previdenciais	452.723	350.491	29,17%
(+)	Resultado Positivo Líquido Investimentos - Gestão Previdencial	11.099	13.038	-14,87%
(+)	Reversão l�quida de Conting�ncias - Gestão Previdencial	-	3.875	100,00%
(+)	Receitas Administrativas	21.549	19.654	9,64%
(+)	Reversão l�quida de Conting�ncias – Gestão Administrativa	-	2.603	0,00%
(+)	Resultado Positivo L�quido dos Invest. – Gestão Administrativa	1.937	2.122	-8,72%
(+)	Constitui�o de Fundos de Investimento	169	106	59,43%
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(485.403)</b>	<b>(420.076)</b>	<b>15,55%</b>
(-)	<b>Benefícios</b>	<b>(465.126)</b>	<b>(409.007)</b>	<b>13,72%</b>
(-)	Constitui�o líquida de Contingências– Gestão Previdencial	(1.953)	-	-100,00%
(-)	Despesas Administrativas	(17.594)	(11.069)	58,95%
(-)	Constitui�o líquida de Contingências – Gestão Administrativa	(730)	-	-100,00%
	<b>3. Acréscimo/Decréscimo no Patrim�nio Social (1+2)</b>	<b>2.074</b>	<b>(28.187)</b>	<b>-107,36%</b>
(+/-)	Provisões Matemáticas	(132.959)	258.646	-151,41%
(+/-)	Déficit Técnico do Exercício	121.509	(306.086)	-139,70%
(+/-)	Fundo Previdencial	8.193	5.838	40,34%
(+/-)	Fundo Administrativo	5.162	13.309	-61,21%
(+/-)	Fundo dos Investimentos	169	106	59,43%
	<b>B) Patrim�nio Social - Final do Exercício (A+3)</b>	<b>259.354</b>	<b>257.280</b>	<b>0,81%</b>

## Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios

PLANO PBP1

Em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

Descri�o		31/12/2015	31/12/14	Variacão (%)
	<b>A) Ativo Líquido – In�cio do Exercício</b>	<b>222.400</b>	<b>264.002</b>	<b>-15,76%</b>
	<b>1. Adi�es</b>	<b>485.274</b>	<b>410.017</b>	<b>18,35%</b>
(+)	Contribui�es Previdenciais	474.175	369.939	28,18%
(+)	Resultado Positivo L�quido dos Investimentos – Gestão Previdencial	11.099	36.203	-69,34%
(+)	Reversão l�quida de Conting�ncias – Gestão Previdencial	-	3.875	100,00%
	<b>2. Destina�es</b>	<b>(488.531)</b>	<b>(451.619)</b>	<b>8,17%</b>
(-)	Benefícios	(465.126)	(409.007)	13,72%
(-)	Resultado Negativo l�quido dos Investimentos-Gestão Previdencial	-	(23.165)	-100,00%
(-)	Constitui�o l�quida de Conting�ncias	(1.953)	-	100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(21.452)	(19.447)	10,31%
	<b>3. Acr�scimo/Decr�scimo no Ativo L�quido (1+2)</b>	<b>(3.257)</b>	<b>(41.602)</b>	<b>-92,17%</b>
(+/-)	Provis�es Matemáticas	(132.960)	258.646	-151,41%
(+/-)	Fundo Previdencial	8.193	5.838	40,34%
(+/-)	D�ficit T�cnico do Exercício	121.510	(306.086)	-139,70%
	<b>B) Ativo L�quido – Final do Exercício (A+3)</b>	<b>219.143</b>	<b>222.400</b>	<b>-1,46%</b>
	<b>C) Fundos não Previdenciais</b>	<b>40.211</b>	<b>34.880</b>	<b>15,28%</b>
(+/-)	Fundo Administrativo	36.355	31.193	16,55%
(+/-)	Fundo de Investimentos	3.856	3.687	4,58%

\*Valores reapresentados para fins de comparabilidade.

## Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa

PLANO PBP1  
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação (%)
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>31.193</b>	<b>17.884</b>	<b>74,42%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>23.486</b>	<b>21.776</b>	<b>7,85%</b>
1.1. Receitas	23.486	21.776	7,85%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	21.452	19.447	10,31%
Resultado Positivo líquido dos Investimentos	1.937	2.122	-8,72%
Outras Receitas	97	207	-53,14%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>17.594</b>	<b>11.070</b>	<b>58,93%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>13.379</b>	<b>9.170</b>	<b>45,90%</b>
Pessoal e encargos	5.563	5.960	-6,66%
Treinamentos/congressos e seminários	2	1	10,00%
Viagens e estadias	57	56	1,79%
Serviços de terceiros	6.416	2.054	212,37%
Despesas gerais	1.256	1.035	21,35%
Depreciações e amortizações	60	64	-6,25%
Outras Despesas	25	-	100,00%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>257</b>	<b>210</b>	<b>22,38%</b>
Pessoal e encargos	257	209	22,97%
Viagens e estadias	-	1	0,00%
<b>2.3. Outras Despesas</b>	<b>3.958</b>	<b>1.690</b>	<b>134,20%</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.958	1.690	134,20%
<b>3. Constituição/Reversão Conting. Administrativas</b>	<b>730</b>	<b>(2.603)</b>	<b>-128,04%</b>
<b>4. Sobre/Insuficiência da G. Administrativa (1-2-3)</b>	<b>5.162</b>	<b>13.309</b>	<b>-61,21%</b>
<b>5. Constituição/Reversão do F. Administrativo (4)</b>	<b>5.162</b>	<b>13.309</b>	<b>-61,21%</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)</b>	<b>36.355</b>	<b>31.193</b>	<b>16,55%</b>

## 10 - PARECER ATUARIAL DO PLANO

Este parecer foi elaborado nos termos da Instrução Previc nº 12, de 14/10/2014.

### Qualidade da base cadastral

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2015. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos, antes de sua utilização nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para a realização desta Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a inexistência de outras inconsistências, assim, cabe exclusivamente ao PORTUS a responsabilidade sobre a veracidade das informações disponibilizadas.

### Hipóteses

As hipóteses atuariais empregadas na Avaliação Atuarial do PBP1 em 31/12/2015 são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	Descrição em 31/12/2015	Descrição em 31/12/2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic segregada por sexo	AT – 2000 Basic segregada por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012
Tábua de Morbidez	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012
Rotatividade Geral	Nula	Nula
Taxa Real de Crescimento Salarial	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 0,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,01% a.a.; CODEBA: 0,00% a.a.; CDP: 0,00% a.a.; CDRJ: 0,00% a.a.; APR: 0,00% a.a.; DOCAS-PB: 0,00% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 0,00% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 0,00% a.a.	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 1,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,00% a.a.; CODEBA: 2,00% a.a.; CDP: 2,00% a.a.; CDRJ: 2,00% a.a.; APR: 1,00% a.a.; DOCAS-PB: 1,70% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 1,85% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 1,00% a.a.
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade dos Salários	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade do INSS	97,27%	97,55%
Indexador do Plano	INPC – IBGE	INPC – IBGE
Composição de Família de Pensionistas	Encargo de Ativo, Autopatrocinado e Remido: Percentual de Casado de 97%, Percentual de Continuidade de 62% e Diferença de idade sendo 5 anos mais velho o participante do sexo masculino e 2 anos mais jovem o do feminino.  Encargo de Assistidos (aposentados e pensionistas): família real.	Encargo médio de herdeiros (Hx) apurado com base nos beneficiários dos participantes (Ativos e Assistidos) existentes em 31/12/2012 (futuros pensionistas) para mensuração das provisões matemáticas de benefício de pensão a conceder e, a família real para mensuração das provisões matemáticas das pensões concedidas.

Com exceção das hipóteses de Mortalidade Geral, Crescimento Salarial, para patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDP, CDRJ, APR, DOCASPB, SPI e SNPH, Fator de Capacidade e Composição de Família de Pensionistas para participantes ativos, autopatrocinados, remido e aposentados, as hipóteses da presente Avaliação Atuarial são as mesmas utilizadas para determinar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014 do PBP1.

O exame das hipóteses atuariais do Plano, apresentadas no quadro acima, com exceção das hipóteses de crescimento salarial das patrocinadoras, foi realizado ao longo do exercício de 2015 pela Consultoria Responsável pela Avaliação Atuarial.

## Evolução dos custos

O Custo Normal do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, assim, o PBP1 já possui um contingente significativo de participantes que possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, aproximadamente de 62%. Portanto, o custo irá crescer de forma muito mais próxima à variação da meta atuarial de rentabilidade.

Em conjunto com essa característica, esse grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal bruto de aproximadamente R\$ 5.560. A combinação dessas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano, por aproximadamente mais uns 5 anos, pois, além, dessa situação, existe o fato de que a hipótese de crescimento salarial informada pelas patrocinadoras não esteja refletindo a variação real média encontrada nos estudos de crescimento dos salários de participação, os quais foram considerados no cálculo do benefício projetado.

Além disso, existem outros pontos que agravam anualmente o custo do Plano, tais como:

- Não obtenção de rentabilidade igual ou superior a meta atuarial. Mesmo que fosse possível obter essa rentabilidade, o Plano, apesar de ter recebido recursos extraordinários ao longo de 2015 relativo aos acertos realizados entre o Portus e as Patrocinadoras (de contribuições em atraso ou não pagas), não teria patrimônio que gerasse rentabilidade suficiente e condizente com sua necessidade. Assim, tal fato vem aumentando ainda mais o custo extraordinário necessário do Plano (ainda não implementado); e
- Custo derivado dos processos judiciais. A revisão dos benefícios para maior, além de aumentar o custo do plano, reduz seu patrimônio de cobertura, já que as provisões matemáticas são aumentadas. Ainda neste contexto, salientamos que não existe nenhum fundo no PBP1 que provisione o impacto atuarial futuro dessas revisões, com exceção do fundo para a Lei nº 9.876/1999.

## Principais Riscos Atuariais

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados à falta de revisão do Plano de Custeio do PBP1; às hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevida da população; da taxa real de juros, decorrente da descapitalização, falta de recursos para investimentos alinhados à meta atuarial e da insolvência do Plano; da taxa real de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontram aptos a se aposentarem pelo PBP1, os quais não são alcançados pelo modelo de mensuração da referida hipótese; e as possíveis alterações nas regras do Regime Geral da Previdência Oficial do Brasil.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do plano o judicial, decorrente do enorme volume de ações existentes contra o Portus, onde os participantes pleiteiam aumento no valor das suas suplementações pagas pelo PBP1, e na maioria das sentenças, o PBP1 é acionado a custeá-los sozinho.

## Adequação dos métodos de financiamento

Foi adotado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos do Plano o Regime de Capitalização e o Método Agregado para o financiamento, consistindo em método mais adequado em processos de extinção da massa de segurados (O PBP1 está fechado para novas adesões, estando em processo contínuo de extinção), assegurando as necessidades de capitalização do Plano e atendendo às determinações da Resolução MPAS/CGPC nº 18/2006 e suas posteriores alterações.

## Variação do resultado

A variação positiva do resultado deve-se principalmente a dois fatores: ingresso de recursos no plano relativo a acertos realizados entre o Portus e as Patrocinadoras, referente a valores de contribuições em atraso ou não pagas e a mudança de hipóteses atuarias, tal situação contribuiu para que o resultado do Plano tivesse uma evolução positiva, ou seja, redução do valor do déficit técnico em 2015, em relação ao apurado em 31/12/2014.

Assim, o Déficit Técnico Acumulado do PBP1 em 31/12/2015 foi avaliado em R\$ 3.572.400.721,03, resultando em 3,40% a menos do que o déficit avaliando em 31/12/2014 no valor R\$ 3.693.910.261,92.

Observa-se, em mais um encerramento de exercício, o resultado técnico negativo do plano, com um enorme grau de insolvência, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos os Fundos) representa apenas 4,32% de suas Provisões Matemáticas. Ou seja, os recursos previdenciários não são suficientes nem para cobrir as obrigações com os benefícios concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos).

## Outros fatos relevantes

O Plano está deficitário, com alto nível de insolvência, dependendo do seu imediato equacionamento, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Reserva Técnica de Serviço Anterior (RTSA), retirada de patrocínio da PORTOBRAS e da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuarias para a manutenção dessa situação.

Cumprir esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto às normas técnicas atuarias adequadas e ao disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuarias. Assim, reforça-se a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

Por último salientamos a necessidade da Entidade ao longo de 2016, junto com o atuário do plano, de que um plano de equacionamento do referido déficit técnico seja desenvolvido. Além do mais, o Portus deverá estipular prazo para que as Patrocinadoras se manifestem pela aprovação do referido plano de equacionamento do déficit técnico. A aprovação da proposta de revisão do Plano de Custeio é de extrema importância para se iniciar a busca pelo reequilíbrio frente à situação deficitária em que o PBP1 se encontra. Mas, para tanto, o Portus precisa obter autorização de todas as Patrocinadoras, sem exceção, observando ainda, a necessidade das mesmas obterem resposta positiva junto a seus órgãos supervisores, conforme previsto no artigo 4º da Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 e parágrafo segundo do artigo 29 do Regulamento do Plano PBP1.



Em que pese os esforços dos colaboradores do Portus, nenhuma patrocinadora se manifestou até a presente data quanto à aceitação de um novo Plano de Custeio para o PBP1. Assim, tal Plano de Custeio, sem a revisão acima apresentada para equacionamento do déficit técnico para o plano de benefícios, passará a vigorar automaticamente a partir de 01/04/2016.

Maiores informações sobre o PBP1/PORTUS podem ser obtidas  
No site do PORTUS [www.portus.com.br](http://www.portus.com.br), “fale conosco” ou Tel.: (21) 2122-8500

**PORTUS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**  
Sob Intervenção